



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS
CNPJ: 01.068.014/0001-00
PEDIDOS DE COMPRAS/SERVIÇOS 60400

Código: 60400
Data: 22/07/2024
Usuário: elianan.gomes
Solicitante: VICTOR GOMES DA COSTA
Tipo: Geral
Finalidade: SOLICITA PROVIDÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA – APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – LEI 14.133/2021" PARA ATUAR JUNTO AO SETOR DE COMPRAS E CONTROLE INTERNO E SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Centro de Custo: 01.02.00 - SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRACAO
Situação: Não Executado
Processo:
CPF/CNPJ: 701.246.951-08
Licitação:

Dotação

Dotação:
Subelemento:
Fonte:

Produtos

Item	Código	Descrição	Un. medida	Situação	Valor Referência	Quantidade	Realizada	Valor Total
1	56548	CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA – APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – LEI 14.133/2021" PARA ATUAR JUNTO AO SETOR DE COMPRAS E CONTROLE INTERNO E SECRETARIAS MUNICIPAIS.	MES	Não Executado	11.000,0000	1,0000	0,0000	11.000,0000
Valor Total								11.000,0000

Totais gerais:	Valor Total	Valor Total a Realizar
	11.000,0000	11.000,0000

ELIANAN GOMES DA SILVA

SOLICITANTE / PEDIDO DE COMPRAS
ASSINATURA/CARIMBO
CPF:

GESTOR / ORDENADOR / SECRETÁRIO
ASSINATURA/CARIMBO
CPF:

SOLICITAÇÃO

Ao Excelentíssimo Senhor
Cleiton Gonçalves Martins
Prefeito Municipal
Município de São Domingos/GO

Assunto: Solicita providências para contratação de empresa de Consultoria em Gestão Administrativa – Aplicação da Nova lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021” para atuar junto ao Setor de Compras e Controle Interno e Secretarias Municipais.

Senhor Prefeito,

Com a satisfação de cumprimentá-lo, cordialmente, através deste, a Secretaria Municipal de Administração, vem à presença de Vossa Excelência, solicitar, providências para **contratação de empresa de Consultoria em Gestão Administrativa – Aplicação da Nova lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021” para atuar junto ao Setor de Compras e Controle Interno e Secretarias Municipais, objetivando o aperfeiçoamento no desempenho das atividades rotineiras, apresentando recomendações, minutas de Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Aviso de Dispensa para o PNCP, Ato de Dispensa e demais documentos exigidos na fase interna das contratações pela Lei 14.133/2021**, conforme as especificações constantes Termo de Referência.

Certo de que merecermos a atenção de Vossa Excelência e esperando que sejamos atendidos com a maior brevidade possível, antecipamos votos de elevada estima e consideração.

Nestes Termos, pede deferimento.

São Domingos/GO, aos 22 dias do mês de julho de 2024.



VICTOR GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

Consultoria em Gestão Administrativa – Aplicação da Nova lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021” para atuar junto ao Setor de Compras e Controle Interno e Secretarias Municipais, objetivando o aperfeiçoamento no desempenho das atividades rotineiras, apresentando recomendações, minutas de Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Aviso de Dispensa para o PNCP, Ato de Dispensa e demais documentos exigidos na fase interna das contratações pela Lei 14.133/2021.

2. MOTIVAÇÃO

A presente contratação tem como intuito primordial atender as recomendações da legislação, dos órgãos de controle e princípios da administração pública, prestando os serviços de assessoria, consultoria e supervisão dos serviços comuns correlacionados a este objeto e realizados pelo próprio município de São Domingos de Goiás, bem como, ainda, a explanação e explicação de dúvidas em questões mais complexas atinentes aos temas a procedimentos administrativos, licitação e contratos administrativos, entre outros.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão realizados conforme as seguintes especificações técnicas:

3.1.1. Prestar Consultoria nas rotinas diárias do Setor de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura e do Setor de Controle Interno, orientando, acompanhando e sanando dúvidas daqueles setores, quanto à elaboração de documentos exigidos pela Lei 14.133/21, na fase interna da contratação.

3.1.2. Detalhadamente, os serviços serão prestados conforme se segue:

a) Orientação administrativa aos servidores do Setor de Compras e do Controle Interno da Prefeitura de São Domingos, quanto às recomendações a serem elaboradas na aplicação prática da Lei 14.133/2021.

b) Orientação e acompanhamento para realização da fase interna da compra, incluindo elaboração de minutas de Decretos sobre regulamentações da Lei 14.133/21, conforme o caso;

c) Orientação administrativa aos servidores do Setor de Compras para a elaboração do plano de contratações anual, em conformidade com a Lei 14.133/2021;

d) Orientação administrativa aos servidores do Setor de Compras e Secretarias para a elaboração do termo de referência, Documento de Formalização de Demanda, Análise de Riscos e do Estudo Técnico Preliminar, com base na Lei 14.133/2021;

e) Orientar servidores quanto a correta instrução dos processos de contratações públicas;

f) Realizar reuniões, sempre que necessário, para aperfeiçoamento dos trabalhos a serem realizados inerentes a contratações públicas, fundamentadas na Lei 14.133/2021, com a participação dos servidores que lidam com contratações e compras.

g) Prestar Serviços técnicos especializados de acompanhamento na adequação das rotinas do Setor de Compras de acordo com as orientações do Sistema de Controle Interno, necessárias ao cumprimento da Lei Federal nº 14.133/2021.

h) Acompanhar e orientar os servidores do Setor de Compras e Secretarias quanto à utilização do pregão presencial e eletrônico nas aquisições públicas, desde a elaboração da solicitação até o termo de referência;

i) Apresentar modelos de minutas de editais de credenciamento de serviços de saúde, bem como acompanhar aquela Secretaria na sua elaboração;

j) Apresentar minutas de Decretos de Pregão Eletrônico e Presencial e outros normativos, caso ainda não editados, os quais serão encaminhadas ao Setor de Licitações e à Procuradoria da Prefeitura para a análises pertinentes;

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.1. Os serviços técnicos administrativos profissionais serão realizados por profissionais técnicos especializados da empresa contratada.

4.2. O responsável pelo acompanhamento, orientação e prestação dos serviços contratados estará disponível, durante o horário comercial, para a contratante, por meio de contatos telefônicos, WhatsApp empresarial ou pela plataforma digital da contratada.

4.3. O responsável técnico da contratada realizará visitas na Prefeitura no mínimo 02 (duas) vezes mensais. Cada dia que o responsável técnico da Contratada permanecer na Prefeitura será considerado uma visita.

4.4. Em situações onde as recomendações e orientações a distância não resolverem a situação-problema administrativo apresentada pela Prefeitura, o responsável técnico da contratada deslocar-se-á até a sede da contratante para melhor resolução das situações apresentadas.

4.5. Os serviços de consultoria administrativa deverão ser executados com a assinatura do Contrato e após emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE, sendo a data de início dos trabalhos a ser combinada com a contratada.

5. CONDIÇÕES, E PRAZOS DE PAGAMENTOS:

5.2.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados.

5.2.2. O pagamento será creditado em favor da contratada através de transferência online ou fatura, devendo ficar explícito o nome do banco, número da agência e o número da conta em que deverá ser efetivado o crédito no corpo da nota fiscal.

5.2.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.2.4. Para fins de pagamento, será obrigatório acompanhar as Notas Fiscais as seguintes

certidões negativas do fornecedor:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive quanto às contribuições previdenciárias;

b) Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais,

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

5.2.4.1. A nota deverá vir acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, das certidões negativas, do FGTS, INSS, e Justiça do Trabalho.

5.2.4.2. Caso seja optante pelo Simples Nacional, a empresa deverá apresentar a Declaração de Optante pelo Simples Nacional constante no Anexo IV da IN 1.234/2012 da Receita Federal. A mesma deverá ser preenchida em papel timbrado com a mesma data da nota fiscal (modelo em anexo a este contrato).

5.2.4.3. As empresas que NÃO são optantes pelo Simples Nacional estão sujeitas à retenção na fonte do Imposto de Renda, conforme alíquotas constantes no Anexo I da IN 1.234/2012 da Receita Federal. A alíquota deverá constar expressamente na nota fiscal, bem como o respectivo valor a ser retido.

6. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E EMAIL:

Fica responsável pelo acompanhamento e negociações entre, empresa contratada e prestadores de serviços seguinte colaborador: VICTOR GOMES DA COSTA, Secretário de Administração, tel: (62) 3425 1516, e-mail: sm.adm2017@gmail.com

7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do

objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

7.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

7.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.7.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus

prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

8.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei) iv) Multa: (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2 (dois) dias; (2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

v) O atraso superior a 2 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. 10.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

10.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos - GO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São Domingos - GO, 22 de julho de 2024.



VICTOR GOMES DA COSTA
Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDNA JACOME BATISTA FONSECA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.510.566/0001-24

Certidão nº: 47743646/2024

Expedição: 09/07/2024, às 08:37:51

Validade: 05/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDNA JACOME BATISTA FONSECA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.510.566/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: EDNA JACOME BATISTA FONSECA LTDA
CPF/CNPJ: 30.510.566/0001-24
Endereço: AV GOIAS, Nº0, SALA 01 Bairro: centro Cidade: BARRO ALTO-GO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o 1 - Contribuinte supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação

Certidão Número: 22162 - 1
Dispositivo Legal: Lei Nº 943/2009 - CTM,
Emitido em: 09/07/2024
Validade: 07/10/2024
Código Verificador:Pe1dVstAMMVT



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.510.566/0001-24
Razão Social: EDNA JACOME BATISTA FONSECA EIRELI
Endereço: RUA LONDRINA SN / SETOR CENTRO / BARRO ALTO / GO / 76390-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/07/2024 a 04/08/2024

Certificação Número: 2024070603405019092090

Informação obtida em 09/07/2024 08:37:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EDNA JACOME BATISTA FONSECA LTDA
CNPJ: 30.510.566/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:36:28 do dia 25/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/12/2024.

Código de controle da certidão: **B2F4.3733.03D2.15CC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BARRO ALTO



CONTRATO N.º 396/2021.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRO
ALTO/GO, E, A EMPRESA, **EDILSON PEREIRA DA
SILVA 92203787104**.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE BARRO ALTO**, inscrito no CNPJ N.º 02.355.675/0001-89, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, s/n.º, Centro, em Barro Alto/GO, representado pelo Gestor de Planejamento e Execução Administrativa Orçamentária e Financeira, senhor, **EDCARLOS OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Carteira de Identidade (CI) N.º 2.434.908-SSP/DF e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) N.º 732.501.551-87, residente e domiciliado nesta cidade, E, A EMPRESA, **EDILSON PEREIRA DA SILVA 92203787104**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N.º 38.103.186/0001-87, estabelecida na Av. Contorno, n.º 10.393, Bairro São Cristóvão, em Goianésia/GO, representada pelo senhor **EDILSON PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade (CI) N.º 4.238.855-SSP/GO e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) N.º 922.037.871-04, residente e domiciliado em Goianésia/GO, abaixo identificado apenas como CONTRATADA, pelas cláusulas e condições seguintes, que desde já se obrigam a cumpri-las fielmente:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O presente CONTRATO é firmado com base no Pregão Presencial n.º 020/2021, oriundo do Processo Administrativo n.º 002918/2021, nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 com suas modificações posteriores, a qual regulamenta o art. 37, Inc. XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e outras providências, em especial os artigos 55, 58 a 61 da referida Lei, que, a CONTRATADA, em virtude do presente documento, assume a responsabilidade de disponibilizar a totalidade do objeto que se especifica a seguir em conformidade com todas as estipulações deste CONTRATO, a saber.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA NATUREZA CIVIL-ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

O CONTRATO se dá com base em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação destes serviços de terceiros, portanto em caráter autônomo, sem vínculo empregatício, ainda que indireto, não podendo a CONTRATADA pleitear quaisquer direitos outros que não os aqui avençados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DE GOIÁS MUNICÍPIO DE BARRO ALTO



A fiscalização do CONTRATO deverá ficar a cargo do Sr.º JOEL LOPES DA SILVA designado para tal finalidade, conforme as atribuições a ele designadas através do Decreto n.º 074/2021, bem como Art. 67, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA: DA ACEITAÇÃO E SUJEIÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PRESENTE CONTRATO

Estas "CONDIÇÕES GERAIS" regulam o CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA estabelecido entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA: DO OBJETO

Tem por objeto este instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de consultoria em administração pública, consistentes em assessoria administrativa, coordenação e gerenciamento das atividades junto ao Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, assessoramento dos gestores municipais quanto à elaboração dos editais de licitação, orientação no processamento e elaboração de processos licitatórios, acompanhamento das sessões de licitações, e auxiliar nas publicações de todos os atos inerentes ao processo licitatório nos meios legais.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global pactuado pelos serviços descritos na CLÁUSULA QUINTA, para o período de junho a dezembro de 2021, é de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), dividido em 7 (sete) parcelas iguais e mensais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a serem pagas até o 5.º (quinto) dia de cada mês subsequente ao vencido. Na hipótese de pagamento feito fora do prazo aqui previsto incidirá multa de 2% (dois por cento), mais atualização do valor pelo índice de variação do INPC do IBGE e juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados a partir do primeiro dia após o vencimento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste CONTRATO será de 01 de junho a 31 de dezembro de 2021. A critério do CONTRATANTE, verificada a presença de oportunidade, conveniência e interesse público, poderá ser concedido a prorrogação do presente contrato em razão de sua natureza continuada e no interesse da administração, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Art. 57, Inc. II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DO ADITAMENTO

Este CONTRATO poderá ser alterado por Termo Aditivo, para acréscimo ou supressão, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu quantitativo no caso de necessidade ou interesse da Administração, mantidas as mesmas condições e preços (Art. 65, § 1º, da Lei de Contratos e Licitações).

CLÁUSULA NONA: DO VALOR ESTIMADO

Estima-se em R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) o valor global a ser despendido pelo CONTRATANTE durante a vigência deste instrumento.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BARRO ALTO



CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTAMENTO

Os valores propostos serão reajustados no início de cada ano, por índice oficial, nos moldes da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas ora contraídas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 03.03.04.122.0300.2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração – 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 135 (Fonte 100), consignada no orçamento em execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA será responsável criminal e civilmente por eventuais danos causados a administração ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços descritos na CLÁUSULA QUINTA, dentro das condições técnicas exigidas, com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade;

Manter um corpo profissional habilitado para a prestação dos serviços contratados com qualidade e segurança;

Responsabilizar-se pelas consequências dos atos de seus sócios, funcionários ou prepostos que agirem com imprudência, negligência ou imperícia na realização dos serviços ora contratados;

Apresentar mensalmente as certidões de regularidade da empresa, bem como comprovação dos recolhimentos previdenciários;

Observar os prazos estipulados pelo CONTRATANTE para a apresentação dos documentos e Notas Fiscais;

A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste CONTRATO;

Todos e quaisquer riscos de acidente de trabalho serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser cobertos por seguro, durante o período de vigor deste CONTRATO;

O não cumprimento das obrigações, além das providências administrativas e judiciais cabíveis, implicará na Declaração de Inidoneidade da CONTRATADA perante o MUNICÍPIO DE BARRO ALTO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS MULTAS E PENALIDADES

A CONTRATADA ao deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas ficará sujeita as penalidades previstas nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;

Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO o MUNICÍPIO DE BARRO ALTO poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I Advertência;

II Multa;

III Rescisão do CONTRATO;



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BARRO ALTO



IV Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE BARRO ALTO, por um período de até 02 (dois) anos;

V Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o MUNICÍPIO DE BARRO ALTO, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida somente quando a CONTRATADA ressarcir o MUNICÍPIO DE BARRO ALTO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos;

Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total reajustado da contratação, quando a CONTRATADA:

- a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do MUNICÍPIO DE BARRO ALTO;
- c) Desatender às determinações da fiscalização;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

e) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços contratados;

f) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha causar danos ao CONTRATANTE ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do CONTRATO, por dia de atraso na execução dos serviços, salvo se o atraso ocorrer por caso fortuito ou força maior;

As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo;

A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão;

Quando o objeto do CONTRATO não for cumprido no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, será aplicada a pena de suspensão temporária do direito de licitar com o MUNICÍPIO DE BARRO ALTO e demais penalidades previstas pela Lei e neste Edital;

As multas serão descontadas dos pagamentos ou da garantia de respectivo CONTRATO e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL E MULTA

Constitui motivo para rescisão do presente instrumento o não cumprimento por qualquer das partes das cláusulas ora pactuadas, nos termos do Art. 77 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pela Lei Federal n.º 8.883/94. Poderá ainda operar-se a rescisão amigável deste ajuste por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

Será rescindido o presente CONTRATO, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem direito à indenização de qualquer espécie, por parte da CONTRATADA, se esta:



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BARRO ALTO



- a) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer das obrigações deste CONTRATO;
- b) Subcontratar, transferir ou ceder, parcial ou total o CONTRATO, a terceiros, bem como na fusão, cisão ou incorporação com outrem;
- c) Executar trabalhos com imperícia técnica;
- d) Falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;
- e) Demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé;

O presente CONTRATO poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do MUNICÍPIO DE BARRO ALTO, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca deste Município, sob a jurisdição da qual encontra-se este Município, para dirimir qualquer discussão em relação ao presente CONTRATO, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais qualificado que seja.

E, por estarem assim justos, combinados e contratados, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas civilmente capazes, que a tudo presenciaram.

Gabinete do Gestor de Planejamento e Execução Administrativa, Orçamentária e Financeira de Barro Alto/GO, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um (01/06/2021).

MUNICÍPIO DE BARRO ALTO

CONTRATANTE

EDILSON PEREIRA DA SILVA 92203787104

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


EDINÁRIA ALBUQUERQUE SILVA
CPF N.º 023.682.683-24


PAULA MYLLENA REZENDE ANGELI
CPF N.º 753.469.581-34

PUBLICADO NO PLACARD EM 01/06/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

À
CLEITON GONÇALVES MARTINS
D.D Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de São Domingos
Ref.: Proposta para Prestação de Serviços – “Consultoria em Gestão
Administrativa.”

Prezado Senhor,

Venho através Deste apresentar proposta para a prestação dos serviços especificados abaixo:

1. OBJETO

A presente proposta tem por objeto a prestação dos seguintes serviços: **“Consultoria em Gestão Administrativa – Aplicação da Nova lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021”** para atuar junto ao Setor de Compras e Controle Interno e Secretarias Municipais, objetivando o aperfeiçoamento no desempenho das atividades rotineiras, apresentando recomendações, minutas de Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Aviso de Dispensa para o PNCP, Ato de Dispensa e demais documentos exigidos na fase interna das contratações pela Lei 14.133/2021.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços serão realizados conforme as seguintes especificações técnicas:

2.1.1. Prestar Consultoria nas rotinas diárias do Setor de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura e do Setor de Controle Interno, orientando, acompanhando e sanando dúvidas daqueles setores, quanto à elaboração de documentos exigidos pela Lei 14.133/21, na fase interna da contratação.

2.1.2. Detalhadamente, os serviços serão prestados conforme se segue:

a) Orientação administrativa aos servidores do Setor de Compras e do Controle Interno da Prefeitura de São Domingos, quanto às recomendações a serem elaboradas na aplicação prática da Lei 14.133/2021.

- b) Orientação e acompanhamento para realização da fase interna da compra, incluindo elaboração de minutas de Decretos sobre regulamentações da Lei 14.133/21, conforme o caso;
- c) Orientação administrativa aos servidores do Setor de Compras para a elaboração do plano de contratações anual, em conformidade com a Lei 14.133/2021;
- d) Orientação administrativa aos servidores do Setor de Compras e Secretarias para a elaboração do termo de referência, Documento de Formalização de Demanda, Análise de Riscos e do Estudo Técnico Preliminar, com base na Lei 14.133/2021;
- e) Orientar servidores quanto a correta instrução dos processos de contratações públicas;
- f) Realizar reuniões, sempre que necessário, para aperfeiçoamento dos trabalhos a serem realizados inerentes a contratações públicas, fundamentadas na Lei 14.133/2021, com a participação dos servidores que lidam com contratações e compras.
- g) Prestar Serviços técnicos especializados de acompanhamento na adequação das rotinas do Setor de Compras de acordo com as orientações do Sistema de Controle Interno, necessárias ao cumprimento da Lei Federal nº 14.133/2021.
- h) Acompanhar e orientar os servidores do Setor de Compras e Secretarias quanto à utilização do pregão presencial e eletrônico nas aquisições públicas, desde a elaboração da solicitação até o termo de referência;
- i) Apresentar modelos de minutas de editais de credenciamento de serviços de saúde, bem como acompanhar aquela Secretaria na sua elaboração;
- j) Apresentar minutas de Decretos de Pregão Eletrônico e Presencial e outros normativos, caso ainda não editados, os quais serão encaminhadas ao Setor de Licitações e à Procuradoria da Prefeitura para a análises pertinentes;

3.2. ORIENTAÇÕES PARA EMISSÃO E IMPLANTAÇÃO DE NORMAS INTERNAS

3.2.1. Caso ainda não regulamentados, a contratada deverá apresentar sugestões de minutas de Decretos, conforme o caso, de processos administrativos internos relacionados a vários procedimentos, incluindo, entre outros:

- a) Manual do Fiscal de Contratos;
- b) Atribuições do Agente de Contratação – conforme exigências da Lei 14.133/21;
- c) Artigos de luxo, art. 20 da Lei 14.133/21;
- d) Pregão Eletrônico e Presencial, com base na Lei 14.133/21;
- e) Estimativa de Preços – Lei 14.133/21;
- f) Dispensa de Licitação – Lei 14.133/21;
- g) Concorrência Eletrônica – Lei 14.133/21;
- h) Atribuições do Agente de Contratação e Equipe de Apoio; i) Sistema de Registro de Preços – Lei 14.133/21;
- j) Credenciamento de Profissionais de Saúde;
- k) Rito processual de procedimentos Administrativos de compras, por meio de procedimentos licitatórios e compras diretas, utilizando as regras da Lei 14.133/21;

4. VALOR DA PROPOSTA

O valor Mensal da proposta para a execução dos serviços é de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) .

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados.

5.2.2. O pagamento será creditado em favor da contratada através de transferência online ou fatura, devendo ficar explícito o nome do banco, número da agência e o número da conta em que deverá ser efetivado o crédito no corpo da nota fiscal

5.2.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.2.4. Para fins de pagamento, será obrigatório acompanhar as Notas Fiscais as seguintes certidões negativas do fornecedor:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive quanto às contribuições previdenciárias;

b) Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, e

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

5.2.4.1. A nota deverá vir acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, das certidões negativas, do FGTS, INSS, e Justiça do Trabalho.

5.2.4.2. Caso seja optante pelo Simples Nacional, a empresa deverá apresentar a Declaração de Optante pelo Simples Nacional constante no Anexo IV da IN 1.234/2012 da Receita Federal. A mesma deverá ser preenchida em papel timbrado com a mesma data da nota fiscal (modelo em anexo a este contrato).

5.2.4.3. As empresas que NÃO são optantes pelo Simples Nacional estão sujeitas à retenção na fonte do Imposto de Renda, conforme alíquotas constantes no Anexo I da IN 1.234/2012 da Receita Federal. A alíquota deverá constar expressamente na nota fiscal, bem como o respectivo valor a ser retido.

Oferecemos garantia de [Número de Meses/Anos] sobre os serviços prestados e assistência técnica para eventual necessidade de manutenção ou suporte, conforme as condições estabelecidas no contrato.

6. DOCUMENTAÇÃO ANEXA

Em anexo, seguem os seguintes documentos para comprovação da nossa capacidade técnica e regularidade fiscal:

- **Contrato Social**
- **Doc. Pessoais**
- **Certidão de Regularidade com a Receita Federal**
- **Certidão de Regularidade com a Receita Estadual**
- **Certidão de Regularidade com a Receita Municipal**

- **Certidão de Regularidade com a Previdência Social**
- **Certidão de Regularidade do FGTS**
- **Curriculum Vitae**
- **Atestado de Capacidade Técnica**
- **Certificados**

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços técnicos administrativos profissionais serão realizados por profissionais técnicos especializados da empresa contratada.

7.2. O responsável pelo acompanhamento, orientação e prestação dos serviços contratados estará disponível, durante o horário comercial, para a contratante, por meio de contatos telefônicos, WhatsApp empresarial ou pela plataforma digital da contratada.

7.3. O responsável técnico da contratada realizará visitas na Prefeitura no mínimo 02 (duas) vezes mensais. Cada dia que o responsável técnico da Contratada permanecer na Prefeitura será considerado uma visita.

7.4. Em situações onde as recomendações e orientações a distância não resolverem a situação-problema administrativo apresentada pela Prefeitura, o responsável técnico da contratada deslocar-se-á até a sede da contratante para melhor resolução das situações apresentadas.

7.5. Os serviços de consultoria administrativa deverão ser executados com a assinatura do Contrato e após emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE, sendo a data de início dos trabalhos a ser combinada com a contratada.

8. CONTATO

8.1 Para quaisquer esclarecimentos adicionais, nossa equipe está à disposição através do telefone (62) 9 -8580-7040 ou e-mail edna.krathos@gmail.com.

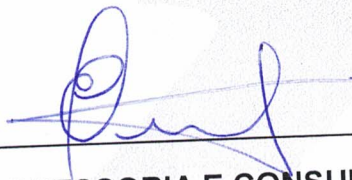
PROPOSTA VALIDA POR 60 Dias

Agradecemos pela oportunidade e esperamos contribuir para o sucesso do projeto.

Atenciosamente,



Barro Alto, 01 de Julho de 2024

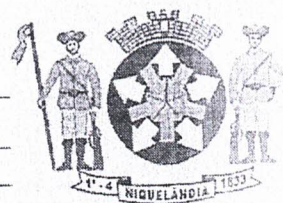


KRATHOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 30.510.566/0001-24
EDNA JACOME BATISTA FONSECA

 **62 98580-7040**

krathosassessoriaeconsultoria@gmail.com
Rua Santo Antônio, 559 - Centro - Barro Alto-GO

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA
ADM: 2021 / 2024



EXTRATO CONTRATO 228/23

Tipo de Contrato:	Serviços Diversos
Processo/Licitação:	2023007617 - Pregão Presencial - Nº. 044/23
Contratado (a):	LORRAYNE SILVA GOMES RODRIGUES CNPJ: 39.902.967/0001-02

OBJETO:

Contratação de Empresa para prestação de serviços de Assessoria Técnica Administrativa na área de Planejamento e Gestão de Compras, incluindo Assessoria e Consultoria nas cotações de preços, controle e padronização de processos, levantamento e estimativa de demandas, acompanhamento da Transição da Lei 8.666/93 para a Lei 14.133/21, padronização, treinamento e capacitação de servidores na nova Lei 14.133/21, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Niquelândia, com vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se em 04/08/2023 e termino em 03/08/2024.

VL_TOTAL	Duzentos e dez mil reais
R\$ 210.000,0000	

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
CPF: 302.664.671-72
Gestor do Executivo Municipal

DATA DA FORMALIZAÇÃO:
04/08/2023



CONTRATO SERVIÇOS DIVERSOS Nº 228/23

Processo Administrativo: 2023007617
Pregão Presencial nº. 044/23

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 02.215.895/0001-07, com endereço no(a) Praça Mestre Dário, nº 01 - Centro - Niquelândia-GO, neste ato representado pelo(a) **GESTOR DO EXECUTIVO MUNICIPAL**, Senhor(a) **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA** brasileiro(a), residente e domiciliado(a) nesta cidade, CPF nº. 302.664.671-72, Carteira de Identidade nº. 117.672.6 - SSP/DF, doravante designado(a) simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **LORRAYNE SILVA GOMES RODRIGUES**, CNPJ nº. 39.902.967/0001-02, com sede na RUA TAMBORIL QUADRA 07 LOTE 05 SETOR BOUGANVILLE BARRO ALTO-GO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **LORRAYNE SILVA GOMES RODRIGUES**, portador(a) do CPF nº. 039.904.411-67, RG nº. 05466117012 SSP-GO, doravante designado(a) simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, acordados os termos deste Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Da Fundamentação Legal: O presente contrato é regido pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e decorre do(a) Pregão Presencial nº. 044/23, realizado em 27/07/2023, conforme consta do Processo Administrativo nº. 2023007617.

Data e Local de assinatura: Lavrado e assinado na cidade de NIQUELÂNDIA-GO, aos 04/08/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - O presente contrato tem como objeto Contratação de Empresa para prestação de serviços de Assessoria Técnica Administrativa na área de Planejamento e Gestão de Compras, incluindo Assessoria e Consultoria na cotações de preços, controle e padronização de processos, levantamento e estimativa de demanda, acompanhamento da Transição da Lei 8.666/93 para a Lei 14.133/21, padronização, treinamento e capacitação de servidores na nova Lei 14.133/21, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Niquelândia, conforme discriminado abaixo:

Autorização de Empenho: 43453 - Cotação: 14159 - Ficha: 20230293

ITE	DISRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QTE	VL_UNI	VL_TOT
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA TECNICA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS PARA ATENDER O EXECUTIVO/ FMAS/ FME E MEIO AMBIENTE - LEI 8.666/93 E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES E TREINAMENTO NA LEI 14.133/21	MÊS	12	17.500,00	210.000,00

1.2 - A contratada deverá disponibilizar um profissional qualificado para atender em loco 3 dias por semana mantendo disponibilidade de horário para atendimento via telefone e e-mail.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1- O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se em 04/08/2023 e com término em 03/08/2024, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes e nos limites e condições estabelecidas pela Lei 8.666/93, desde que a contratada tenha cumprido fielmente as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), que será pago de forma parcelada cujo valor da parcela será determinado pelo quantitativo dos serviços realizados e devidamente atestados pelo **CONTRATANTE**.

3.2 - Os vencimentos das parcelas se darão até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante aprovação e conferência do cumprimento das obrigações contratuais, através do setor de compras do **CONTRATANTE**.

Praça Mestre Dário, nº. 01 - Centro - Niquelândia - GO



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - O valor monetário do presente contrato correrá a cargo da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
02.0234.04.122.7009.8040.339039(100)20230293 R\$ 210.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento de cada parcela será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao quantitativo do serviço executado, devidamente atestada pelo setor responsável, até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento;

5.2 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, o pagamento devido será atualizado monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do INPC;

5.3 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

5.4 - O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela **CONTRATADA**, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, nº da Conta Corrente e Agência com a qual opera;

5.5 - A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária;

5.6 - Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da **CONTRATADA** e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;

5.7 - No ato do pagamento a ser efetuado pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar sua regularidade fiscal, conforme descritas abaixo:

- A) Certidão de Regularidade de Situação – CRS perante o gestor do FGTS;
- B) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas pela Receita Federal através do endereço www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- C) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- D) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Superior Tribunal do Trabalho;
- E) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- F) Guias do FGTS para todos os empregados (devidamente recolhidas) em relação aos 02 últimos meses;
- G) Extrato do CAGED para os 02 últimos meses;
- H) Recibos de salários ou comprovantes de depósitos bancários em relação aos 02 últimos meses;
- I) PPRA atualizado.

Parágrafo Único: Tal comprovação será objeto de confirmação "ON-LINE", via terminal, sendo suspensa o pagamento caso esteja irregular no referido sistema;

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar o serviço, objeto do presente contrato, em perfeita harmonia e em concordância com as especificações estabelecidas;

6.2 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do **CONTRATANTE**;



6.3 - Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;

6.4 - Comunicar ao **CONTRATANTE** quando verificar condições inadequadas para execução do contrato ou a iminência de fatos possam prejudicar a sua execução;

6.5 - Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos na execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a **CONTRATADA**;

7.2 - Prestar à **CONTRATADA** todas as informações e os esclarecimentos necessários para a realização do objeto contratual;

7.3 - Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

7.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações, notificando a **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso dos serviços, fixando prazo para a sua execução, com ônus total à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCINDIBILIDADE

8.1 - Qualquer uma das partes poderá rescindir o presente contrato:

- A) Pela inadimplência contratual, obrigando-se à parte infratora ao pagamento de multa estimada em 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para qualquer das partes que deixar de cumprir a presente avença;
- B) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;
- C) Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações deste contrato;
- D) Desatender às determinações do servidor do **CONTRATANTE**, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;
- E) Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;
- F) For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique a execução do contrato;
- G) Por mútuo consentimento e mediante manifestação da parte interessada e com antecedência mínima de 30 (dias);
- H) E demais motivos de rescisão prevista nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 - Caso a **CONTRATADA** não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, presente contrato, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Prefeitura:

- A) Advertência por escrito;
- B) multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato pelo atraso na entrega, até o limite de 20 (vinte) dias, o que ensejará a rescisão do contrato;
- C) Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato caso a **CONTRATADA** não cumpra com as obrigações assumidas, salvo por motivo de força maior reconhecida pela Administração da Prefeitura;
- D) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- E) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade



aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.2 - As multas referidas nesta cláusula poderão ser descontadas no pagamento ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1 - Qualquer alteração deste Contrato só poderá ser efetuada mediante Termo Aditivo;

10.2 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários na aquisição, objeto deste contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. As supressões acima deste percentual poderão ocorrer mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Nos casos omissos, serão aplicados às regras da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado;

11.2 - Em caso algum a **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - O Foro do presente Contrato é o da cidade de Niquelândia-GO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

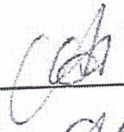
12.2 - E, por estar assim de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, juntamente e na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

NIQUELÂNDIA-GO - terça-feira, 4 de agosto de 2023.


CONTRATANTE
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
CPF nº. 302.664.671-72
GESTOR DO EXECUTIVO MUNICIPAL


CONTRATADA
LORRAYNE SILVA GOMES RODRIGUES
CPF nº. 39.902.967/0001-02

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF 987.651.321-49

2. Valdir Fernando R. de Moraes
CPF 633 741 021 15